

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A., relativas aos períodos de 31/12/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2021 e de 2020 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

CNPJ nº 01.425.787/0001-04

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		100.297.412	65.363.681	Circulante e Não Circulante		56.751.422	49.443.910
Disponibilidades	3a	425.129	506.537	Relações Interfinanceiras	3d	13.317.168	11.408.797
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b e 8a	1.312.242	2.403.910	Transações de Pagamentos		13.317.168	11.408.797
Aplicações no Mercado Aberto		1.312.242	2.403.910	Provisões		71.119	85.096
Títulos e Valores Mobiliários	3c, 4 e 8a	24.093.317	1.228.177	Outras Obrigações		43.363.135	37.950.017
Carteira Própria		24.093.317	1.228.177	Transações de Pagamentos	3d	39.840.050	37.532.253
Relações Interfinanceiras	3d	73.540.248	60.740.683	Obrigações Fiscais Correntes	6c	248.057	160.144
Outros Créditos		895.110	452.391	Obrigações Fiscais Diferidas	3j	3.172	3.259
Ativos Fiscais Correntes		462.520	118.232	Diversas		3.271.856	254.361
Ativos Fiscais Diferidos	3j e 6b	123.194	115.451				
Diversos	3d	309.396	218.708				
Outros Valores e Bens	3e	31.366	31.983				
Despesas Antecipadas		31.366	31.983				
Permanente		1.298.995	1.406.232	Patrimônio Líquido	7	44.844.985	17.326.003
Investimentos	3f	669.810	677.278	Capital Social		29.305.271	3.865.210
Participações em Controladas e Coligadas		669.615	677.006	Reservas de Capital		12.510.356	12.506.309
Outros Investimentos		1.283	1.653	Reservas de Lucros		3.025.229	950.306
(Provisões para Perdas)		(1.088)	(1.381)	Outros Resultados Abrangentes	3k	4.129	4.178
Imobilizado	3g	372.543	533.132				
Outras Imobilizações		1.517.579	1.537.937				
(Depreciações Acumuladas)		(1.145.036)	(1.004.805)				
Ágio e Intangível		256.642	195.822				
Ativos Intangíveis		13.220.100	13.093.250				
(Amortização Acumulada)		(12.963.458)	(12.897.428)				
Total do Ativo		101.596.407	66.769.913	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		101.596.407	66.769.913

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
	de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira	767.129	1.016.664	342.695
Operações de Outros Créditos	526.409	722.105	110.247
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	240.720	294.559
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	767.129	1.016.664	342.695
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	131.555	217.377	(20.731)
Receitas de Prestação de Serviços	5a	1.719.102	3.180.187
Despesas de Pessoal	5b	(248.530)	(468.795)
Outras Despesas Administrativas	5c	(934.544)	(1.779.808)
Despesas de Provisões		(7.978)	(43.281)
Provisões Cíveis		(8.474)	(17.233)
Provisões Trabalhistas		(265)	(29.034)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		761	2.986
Outros Riscos		--	(50)
Despesas Tributárias	6a II	(165.737)	(283.268)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas e Outros Investimentos	3f	(2.323)	8.062
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	5d	(228.435)	(426.072)
Resultado Operacional	898.684	1.234.041	321.964
Resultado Não Operacional	1.447	1.693	(6.633)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	900.131	1.235.734	315.331
Imposto de Renda e Contribuição Social	3j e 6a I	(279.287)	(395.634)
Devidos sobre Operações do Período		(292.930)	(403.501)
Referentes a Diferenças Temporárias		13.643	7.867
Participações no Lucro	8b	(1.467)	(2.645)
Lucro Líquido	619.377	837.455	195.161
Lucro por ação (Ordinárias) - Básico e Diluído	0,72	1,09	0,29
Média Ponderada da Quantidade de Ações Ordinárias em Circulação - Básica e Diluída	7a	864.450.358	768.174.404

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
	de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	619.377	837.455	195.161
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(25)	(25)	--
Remensurações	(38)	(38)	--
Efeito Fiscal	13	13	--
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (*)	18	(24)	(2.030)
Remensurações	27	27	(3.139)
Efeito Fiscal	(9)	(51)	1.109
Total de Outros Resultados Abrangentes	(7)	(49)	(2.030)
Total do Resultado Abrangente	619.370	837.406	193.131

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 7) (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
	Estatutária			Ajuste de Títulos Disponíveis para a Venda	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	
Saldos em 01/07/2021	9.865.210	12.508.144	1.168.384	--	4.136	23.545.874
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	2.212	--	--	--	2.212
Aumento de Capital	10.000.000	--	--	--	--	10.000.000
Incorporação	9.440.061	--	4.217.842	--	--	13.657.903
Dividendos Extraordinários	--	--	(2.972.000)	--	--	(2.972.000)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	(25)	18	619.377
Lucro Líquido	--	--	--	--	18	619.377
Outros Resultados Abrangentes	--	--	--	(25)	--	(7)
Destinações:						
Reservas	--	--	611.003	--	--	(611.003)
Dividendos	--	--	--	--	--	(8.374)
Saldos em 31/12/2021	29.305.271	12.510.356	3.025.229	(25)	4.154	44.844.985
Mutações do Período	19.440.061	2.212	1.856.845	(25)	18	21.299.111
Saldos em 01/01/2020	3.865.210	12.503.732	751.622	6.208	--	17.126.772
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	2.577	--	--	--	2.577
Outros	--	--	5.475	--	--	5.475
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	(2.030)	195.161
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	195.161
Outros Resultados Abrangentes	--	--	--	--	(2.030)	(2.030)
Destinações:						
Reservas	--	--	193.209	--	--	(193.209)
Dividendos	--	--	--	--	--	(1.952)
Saldos em 31/12/2020	3.865.210	12.506.309	950.306	4.178	(2.030)	17.326.003
Mutações do Período	--	2.577	198.684	(2.030)	--	199.231
Saldos em 01/01/2021	3.865.210	12.506.309	950.306	4.178	--	17.326.003
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	4.047	--	--	--	4.047
Aumento de Capital	16.000.000	--	--	--	--	16.000.000
Incorporação	9.440.061	--	4.217.842	--	--	13.657.903
Dividendos Extraordinários	--	--	(2.972.000)	--	--	(2.972.000)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	(25)	(24)	837.455
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	837.455
Outros Resultados Abrangentes	--	--	--	(25)	(24)	--
Destinações:						
Reservas	--	--	829.081	--	--	(829.081)
Dividendos	--	--	--	--	--	(8.374)
Saldos em 31/12/2021	29.305.271	12.510.356	3.025.229	(25)	4.154	44.844.985
Mutações do Período	25.440.061	4.047	2.074.923	(25)	(24)	27.518.982

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto informações por ação)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE) é uma sociedade anônima que basicamente tem por objeto a coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, fornecimento de terminais eletrônicos, representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento, entre outras atividades.

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis da REDE foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos e orientações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração

de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido - Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, e prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que a REDE gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

III) Provisões, Contingências e Obrigações Legais - A REDE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que

permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

c) Desenvolvimento de Negócios

Aquisição da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, a REDE, celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP). A compra será realizada em três etapas ao longo de quatro anos. Na primeira etapa, a REDE adquiriu 52,96% do capital total e votante da ZUP pelo valor aproximado de R\$ 293.250, passando a deter o controle da companhia. No terceiro ano, após o fechamento da operação, a REDE adquirirá participação adicional de 19,6%, e no quarto ano a participação restante, de forma a alcançar 100% do capital da ZUP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de março de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

NOTA 3 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto informações por ação) (Continuação)

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados na seguinte categoria:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
 - **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.
- Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.
- Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

d) Outros Créditos e Outras Obrigações - Outros Créditos - Diversos, registra as rendas a receber pela prestação de serviços em arranjo de pagamento, exceto as relativas à execução de transações de pagamento registradas em Relações Interfinanceiras (Ativo e Passivo). Outras Obrigações - Transações de Pagamentos, refere-se a valores a pagar relativos às Obrigações por Transações de Pagamentos.

e) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Despesas Antecipadas relativas à pagamentos à terceiros por manutenção de Pontos de Venda (POS) e *softwares*, cujos benefícios econômicos ocorrerão em exercícios futuros.

f) Investimentos - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização.

g) Imobilizado - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período. Os ativos são avaliados a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis.

h) Intangível - É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares*, amortizados em cinco anos, e carteiras de clientes, amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes - são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da REDE entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

k) Benefícios Pós-Emprego

Planos de Pensão - Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso é reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente, utilizando-se método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos para Negociação - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Renda Fixa com valor de custo e valor justo de R\$ 15.548.334 (sem montante em 31/12/2020), sem vencimento e nível 2.

b) Títulos Disponíveis para Venda - A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo e valor justo de R\$ 4.673.005 (R\$ 1.228.177 em 31/12/2020), com vencimento acima de 365 dias, nível 2 e Títulos Públicos com valor de custo de R\$ 3.872.017 e valor justo de R\$ 3.871.978 com vencimento menor que 365 dias, nível 1.

NOTA 5 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Receitas de Prestação de Serviços - Referem-se basicamente a Cartões de Crédito e Débito no montante de R\$ 3.175.272 (R\$ 2.953.791 de 01/01 a 31/12/2020).

b) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração.....	(211.680)	(227.407)
Encargos.....	(92.660)	(85.039)
Benefícios Sociais.....	(68.197)	(57.643)
Participação dos Empregados nos Lucros.....	(90.707)	(47.916)
Outras.....	(5.551)	(7.659)
Total.....	(468.795)	(425.664)

c) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 8a).....	(500.623)	(519.187)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes.....	(393.905)	(470.997)
Depreciação e Amortização.....	(367.097)	(397.534)
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(305.471)	(262.662)
Instalações.....	(98.115)	(75.143)
Outras.....	(84.245)	(52.285)
Total.....	(1.749.456)	(1.777.808)

d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais - Referem-se basicamente a despesas oriundas de comissões de transações com Cartões de Débito e Crédito, no montante de R\$ (405.117) (R\$ (410.846) de 01/01 a 31/12/2020).

NOTA 6 - TRIBUTOS

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%	PIS.....	1,65%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%	COFINS.....	7,60%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	9,00%	ISS até.....	5,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

1- Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações.....	1.235.734	315.331
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes.....	(420.150)	(107.213)

Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:

Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	2.716	(3.340)
Incentivos Fiscais.....	22.388	4.607
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis.....	(588)	(12.629)

Total de Imposto de Renda e Contribuição Social..... **(395.634)** **(118.575)**

II - As Despesas Tributárias estão representadas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Realização /		Constituição	31/12/2021
	31/12/2020	Reversão		
Refletidos no Resultado.....	115.451	(62.222)	69.952	123.181
Provisões Ações Cíveis, Trabalhistas e Ações Fiscais e Previdenciárias.....	42.105	(21.584)	16.619	37.140
Provisão para Participação nos Lucros.....	22.279	(22.279)	34.085	34.085
Provisão Programa de Recompensa.....	10.721	(10.721)	7.983	7.983
Outras Provisões Indedutíveis.....	40.346	(7.638)	11.265	43.973
Refletidos no Patrimônio Líquido.....	--	--	13	13
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda.....	--	--	13	13
Total (*).....	115.451	(62.222)	69.965	123.194

(*) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados, em sua totalidade como Não Circulante.

II - A estimativa realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2022	40.536	32,9%
2023	29.934	24,3%
2024	8.681	7,0%
2025	3.662	3,0%
2026	3.242	2,6%
acima de 2026	37.139	30,2%
Total	123.194	100,0%
Valor Presente (*)	108.504	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social, em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

c) Obrigações Fiscais Correntes

Obrigações Legais.....	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar.....	38.043	30.098
Demais Impostos e Contribuições a Pagar.....	84.656	16.984
Total.....	125.358	113.062
Total.....	248.507	160.144
Circulante.....	187.929	91.145
Não Circulante.....	60.128	68.999

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - Está representado por 1.798.668.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGO/E de 26/05/2021, homologada pelo BACEN, foi aprovado aumento do Capital Social no montante de R\$ 6.000.000, com a emissão de 231.062.291 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

Em AGO/E de 30/11/2021, em fase de homologação pelo BACEN, ocorreu a cisão parcial do Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, com versão e incorporação da parcela cindida pela REDECARD composta por 519.204.728 ações de emissão pelo Itaú Unibanco S.A., avaliadas pelo valor de R\$ 13.657.903 (Nota 10e).

Em AGO/E de 14/12/2021, em fase de homologação pelo BACEN, foi aprovado aumento do Capital Social no montante de R\$ 10.000.000, com a emissão de 376.502.660 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

b) Dividendos - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios provisionados ao final do ano, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2021	31/12/2020
Pagos.....	1.952	241.422
Dividendos (provisionados no período anterior).....	1.952	241.422
Provisionados (*).....	2.980.374	1.952
Dividendos.....	8.374	1.952
Dividendos extraordinários.....	2.972.000	--

(*) Registrados na rubrica Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Banco Itauleasing S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.;

- Empresas do Grupo - as participações diretas da REDE, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.; e

- Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;

- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		1.312.242	2.403.910	100.393	34.771
Controladoras.....	100% SELIC	1.312.242	2.403.910	100.393	34.771
Títulos e Valores Mobiliários.....		20.221.339	1.228.177	337.417	208.944
Controladoras.....	100% CDI	4.673.004	1.228.177	104.004	208.944
Fundos de Investimentos.....		15.548.335	--	233.413	--
Relações Interfinanceiras (Posição Ativa e Passiva).....		12.652.866	6.586.253	--	--
Controladoras.....		(8.797.955)	--	--	--
Empresas do Grupo.....		21.450.821	6.586.253	--	--

Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais.....

Controladoras.....	(1.338)	15.100	(87.751)	(55.203)
Empresas do Grupo.....	6.833	--	(60.015)	--
Fundos de Investimentos.....	(4.108)	15.100	(24.234)	(55.203)
Outras.....	--	--	409	--
Outras.....	(4.063)	--	(3.911)	--

Aluguéis.....

Controladoras.....	--	--	(1.630)	(6.841)
Empresas do Grupo.....	--	--	(935)	--
Outras.....	--	--	(695)	(6.841)

Doações.....

Outras.....	--	--	--	(4.600)
Outras.....	--	--	--	(4.600)

CRCC (*).....

Controladoras.....	--	--	(500.623)	(519.187)
Controladoras.....	--	--	(500.623)	(519.187)

(*) Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 5c).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da REDE no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Honorários.....	(8.257)	(8.347)
Participação no Lucro.....	(2.645)	(1.595)
Benefícios Pós Emprego.....	(630)	(503)
Plano Pagamento Baseado em Ações.....	790	(138)
Total.....	(10.742)	(10.583)

NOTA 9 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A REDE patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

O Plano de Contribuição Definida (CD) é aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade (*)	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco Previdência Complementar - FIU	Plano de Previdência REDECARD	Contribuição Definida

(*) A partir de abril/20, houve a incorporação dos Planos (Plano de Aposentadoria Redecard, Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar) para os planos (Plano de Benefício Definido Itaucard, Plano de Contribuição Variável Itaucard), respectivamente.

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocin

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto informações por ação) (Continuação)

c) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

	Planos BD e CV				Plano CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	
Valor Início do Período	--	--	--	--	5.291	--	5.291	5.291
Valores Reconhecidos no Resultado	--	--	--	--	404	--	404	404
Juros Líquidos (1) (3)	--	--	--	--	404	--	404	404
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	--	--	--	--	27	--	27	27
Remensurações (2) (3)	--	--	--	--	27	--	27	27
Experiência do plano (3) (4)	--	--	--	--	27	--	27	27
Valor Final do Período	--	--	--	--	5.722	--	5.722	5.722
Valor Reconhecido no Ativo							5.722	5.722
Valor Reconhecido no Passivo							--	--

	Planos BD e CV				Plano CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	
Valor Início do Período	54.592	(48.167)	(8.582)	(2.157)	4.804	--	4.804	2.647
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2)	1.043	(936)	(164)	(57)	365	--	365	308
1 - Custo Serviço Corrente.....	--	(16)	--	(16)	--	--	--	(16)
2 - Juros Líquidos (1) (3)	1.043	(920)	(164)	(41)	365	--	365	324
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (3+4)	(54.959)	48.427	8.746	2.214	122	--	122	2.336
3 - Efeito na Restrição do Ativo.....	--	--	8.746	8.746	--	--	--	8.746
4 - Remensurações (2) (3) (4)	(54.959)	48.427	--	(6.532)	122	--	122	(6.410)
Experiência do plano (3) (4)	(54.959)	48.427	--	(6.532)	122	--	122	(6.410)
Outros	(676)	676	--	--	--	--	--	--
Benefícios Pagos.....	(676)	676	--	--	--	--	--	--
Valor Final do Período	--	--	--	--	5.291	--	5.291	5.291
Valor Reconhecido no Ativo							5.291	5.291
Valor Reconhecido no Passivo							--	--

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2021 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 7,64% a.a. (Em 01/01/2020 utilizou-se a taxa de desconto de 7,64% a.a.).

(2) Corresponde aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

(3) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

(4) Contempla valores referente a incorporação dos Planos (Plano de Aposentadoria Redecard, Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar) para os planos (Plano de Benefício Definido Itaucard, Plano de Contribuição Variável Itaucard) respectivamente.

NOTA 10 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Gerenciamento de Riscos e Capital - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

b) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04, do CMN, a REDE aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

c) Combate aos efeitos da COVID-19 "Novo Coronavírus"

A REDE monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

A REDE não identificou impactos significativos em seu resultado decorrentes da COVID-19 neste período, e continua acompanhando e avaliando os impactos, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para elaboração das Demonstrações Contábeis.

d) Resultado não Recorrente Regulatório - Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	e) Reorganização Societária - Em 30 de novembro de 2021, ocorreu a cisão parcial da Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, com versão e incorporação da parcela cindida pela REDECARD composta por 519.204.728 ações de emissão pelo Itaú Unibanco S.A., avaliadas pelo valor de R\$ 13.657.903.	Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/11/2021
Resultado não Recorrente Regulatório	(107)	(5.644)	Ativo		13.657.903
Doação " Todos Pela Saúde".....	--	(3.036)	Circulante e Não Circulante		13.657.903
Provisão para Reestruturação	--	(655)	Ativos Financeiros		13.657.903
Impairment, provisão para devolução de imóveis e amortizações	(107)	--	Total do Ativo		13.657.903
Outros.....	--	(1.953)	Passivo e Patrimônio Líquido		30/11/2021
			Total do Patrimônio Líquido		13.657.903
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		13.657.903

DIRETORIA

Diretora Presidente	Diretores				Contador
Paula Magalhães Cardoso Neves	Adriano Tchen Cardoso Alves Angelo Russomanno Fernandes	Carlos Henrique Donegá Aidar Gabriela Rodrigues Ferreira	José Geraldo Franco Ortiz Júnior Rodrigo Andre Leiras Carneiro	Rubens Fogli Netto Tatiana Grecco	Arnaldo Alves dos Santos CRC 15P210058/O-3

Sede: Rua Tenente Mauro de Miranda, 36, bloco D, 7º andar (parte), Parque Jabaquara - São Paulo - SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redecard Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 15P192785/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.esltao.com.br/publicacoes/>